



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA
Estado de São Paulo

LEI Nº. 1935.

DE 17 DE ABRIL DE 2014.

“Dispõe sobre o assédio sexual no âmbito da administração pública municipal e dá outras providências.”

EDUARDO ANSELMO DOMINGUES NETO, Prefeito da Estância Turística de Ibiúna, no uso das atribuições conferidas por Lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal da Estância Turística de Ibiúna aprovou e ele sancionou e promulgou a seguinte lei:

Art. 1º - Esta Lei constitui a prática de assédio sexual como exercício abusivo de cargo, emprego ou função nos Poderes e instituições autônomas da administração pública municipal, direta ou indireta, estabelece as punições cabíveis e define as regras de procedimento administrativo para sua aplicação.

Art. 2º - No âmbito da administração pública municipal direta e indireta de qualquer de seus poderes e instituições autônomas, é exercício abusivo de cargo, emprego ou função aproveitar-se das oportunidades deles decorrentes, direta ou indiretamente, para assediar alguém com o fim de obter vantagens de natureza sexual.

Art. 3º - A prática de assédio sexual será punida, no caso de servidores civis, com penalidades disciplinares seguintes:

- I – repreensão;
- II – suspensão e multa;
- III – demissão;
- IV – cassação de disponibilidade;



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA
Estado de São Paulo

§ 1º - As penalidades aqui dispostas não eliminam eventuais processos civis ou criminais.

§ 2º - Na aplicação das penas disciplinares, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração e os danos delas resultantes para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.

§ 3º - São circunstâncias que sempre agravam a pena:

- I – a superioridade hierárquica do agente;
- II – a prática contra usuário do serviço público ou contra pessoa mantida sob a guarda da instituição municipal;
- III – a reincidência.

§ 4º - A ação disciplinar prescreverá no prazo de 24 (vinte e quatro) meses.

§ 5º - A sindicância, quando necessária, será cometida a servidor do mesmo gênero da vítima.

§ 6º - A comissão encarregada do processo administrativo disciplinar será composta por servidor dos dois gêneros, e seu presidente será do mesmo gênero da vítima.

§ 7º - Quando a vítima for servidor público, terá direito, se requerer, a:

- a) remoção temporária, pelo tempo de duração da sindicância e do processo administrativo;
- b) remoção definitiva, após o encerramento da sindicância e do processo administrativo;

§ 8º - Quando a vítima estiver sob a guarda de instituição Municipal, terá direito, se requerer, à remoção temporária, pelo tempo de duração da sindicância do processo administrativo.



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA
Estado de São Paulo

Art. 4º - Esta Lei será regulamentada pelo executivo municipal no prazo de 45 dias.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA
DE IBIÚNA, AOS 17 DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2014.**



EDUARDO ANSELMO DOMINGUES NETO
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Administração e
afixada no local de costume em 17 de abril de 2014.



CARLOS TADEU RIBAS
Secretário da Administração